

Editorial

AGROECOLOGIA PARA A VIDA

Agroecología para la vida

María Inés Gazzano Santos

Professora de Agroecologia, Faculdade de Agronomia, Universidad de la República - UDELAR, Doutorado em Recursos Naturais e Sustentabilidade pela Universidad de Córdoba/Espanha. Montevideú, Uruguai. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1959-7922>, e-mail: igazzano@fagro.edu.uy

O sistema mundo em que nós, 8,2 bilhões de pessoas, habitamos, nos coloca em sociedades globais com processos e estruturas sociais com temporalidades maiores e espacialidades mais amplas do que os Estados-nação. Nele, a economia do mundo capitalista e o projeto civilizatório da modernidade integram múltiplas estruturas de poder e dominação que transcendem a esfera econômica e abarcam dimensões políticas, pedagógicas, epistêmicas, religiosas, econômicas, ecológicas, espaciais, linguísticas, sexuais, de gênero, entre outras. Ou seja, em todas as ordens da vida há uma tensão global, globalizante, alienante.

Os dualismos, a dissociação “natureza”/cultura, objeto/sujeito, indivíduo/comunidade, razão/emoção e as concepções hierárquicas e patriarcais, estabelecem modos homogêneos de ser, pensar, sentir e saber que constroem os mecanismos de poder e instalam uma concepção do mundo como algo “dado” e impossível de mudar.

No campo da alimentação, as grandes corporações empresariais controlam o negócio até a expansão e acumulação do capital sem limites, acima da capacidade da “natureza”. O sistema alimentar hegemônico está desconectado da reprodução das sociedades e da vida. Exclui outras formas e modelos alimentares conhecimentos e recursos, subordinando-os a circuitos corporativos globais com processos de acumulação por despossessão. Nega autonomia e capacidade de atuar e impõe um modelo alimentar insustentável. Com uma lógica industrial, voraz em bens naturais, materiais e energia, que digere e transforma em mercadorias e resíduos segregados ao longo do processo. Os

bens naturais são “expropriados”, as paisagens agrícolas especializadas, homogêneas, contaminadas, as matrizes fragmentadas. Aumentam as distâncias entre produção e consumo, relações de causa e efeito são “desacopladas”, sistemas de produção, alimentos de lugares e estações são “deslocalizados”, e culturas alimentares, territórios e identidades são destruídos. A vulnerabilidade individual e coletiva aumenta, iniquidades profundas interpelam o habitar e a capacidade de satisfação dos direitos humanos e, num contexto de ontologia relacional, a capacidade de reproduzir a vida.

A produção mundial de alimentos é suficiente e ainda sobra; mas a epidemia de mal nutrição está aumentando em vez de diminuir, com mais de 820 milhões de pessoas passando fome e, em 2020, 22% das crianças menores de cinco anos apresentam atraso no crescimento, 6,7% emaciação, e 5,7% com sobrepeso (FAO, FIDA, OMS, 2022). Do ponto de vista ambiental, a situação é observada no limite dos solos e da água. A agricultura é responsável pela extração de 72% da água doce (FAO, 2021a). Biodiversidade em risco alarmante. Crise climática. Números repetidos sem descanso, e que são ainda mais amplificados nas recentes “conjunturas” (COVID 19, guerras e conflitos).

Um modelo civilizatório em crise, uma crise civilizatória sem precedentes com expressão ambiental, alimentar, energética, migratória, econômica, política, bélica e sanitária. Não faltam diagnósticos, nem números, sobram.

Mas há também outros mundos, que surgem numa perspectiva relacional, de interdependência e interdefinibilidade, modos de sentir e pensar, de relacionar-se com outros/as e com a “natureza”, modos de gerar conhecimento, projetos políticos, de cuidados e direitos, de autonomia e soberanias, de liberdade. Outros mundos são possíveis, estes, mundos-outros.

É possível reconhecer um acúmulo histórico de múltiplos atores e experiências com generalidades e singularidades entre regiões e países que vão entrelaçando experiências locais: de agricultura camponesa, familiar e indígena, sistemas agroecológicos de produção, de certificação participativa, formas de distribuição e comercialização, de consumo local, economia solidária. Luta de organizações e movimentos sociais, desde

feminismos e juventudes, processos de recuperação e conservação de sementes; de luta pela terra e pelo retorno ao campo. Organizações e redes. Abordagens de pesquisa-ação, escolas de formação, estratégias metodológicas campesino(a)-a-campesino(a), saberes tradicionais, diálogos de saberes, transdisciplinaridades. Processos de agricultura urbana e periurbana, resgate de comidas e cozinhas; de saúde e de cuidados. Parte desses processos se sobrepõem e fazem a historicização da Agroecologia, que pode ser lida em Gliessman (2017).

Nesse acumulado, alguns países promovem políticas públicas específicas (Argentina, Brasil, Nicarágua e Uruguai); outros, políticas que incidem na promoção da agroecologia (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, El Salvador e Nicarágua) (FAO, 2021b). São processos complexos, leis que coexistem em dinâmica dentro do sistema hegemônico atual, com políticas agrárias, ambientais e sociais conflitantes; em geral sem financiamento. Enfrentam mecanismos de cooptação, convencionalização e “traduções conceituais” funcionais. Com avanços e retrocessos, e em alguns casos com processos de desmonte. A relação com o Estado evidencia novas e velhas tensões, de um lado, a preocupação pela institucionalidade desmobilizante e despolutizante e, de outro, a busca – com interação com o poder popular – pela fissura, disputa e transformação das instituições e do Estado. A construção de poderes contra-hegemônicos populares, a partir da vida cotidiana dos territórios, e a capacidade instituinte dos movimentos sociais são componentes incontornáveis da profunda transformação sistêmica e das microexperiências, bases sobre as quais se assenta a macropolítica. O desenvolvimento da Agroecologia mostra sintonia com o que afirma Bartra (2010), que aponta para a emergência de um “neo-utopismo autogerido, feito a mão, que busca construir e articular múltiplas manchas de resistência; economias solidárias, autonomias indígenas e todos os tipos de coletivos em rede, que assumem a forma de uma convergência de práxis múltiplas”. Isso tece marcos comuns de ação coletiva, que funcionam não apenas como esquemas alternativos de interpretação, mas como produtores de uma subjetividade coletiva *fazendo* a mudança. Nesse espaço de diálogo e construção, a agroecologia é central. O mundo não está dado, nem é impossível mudar e, assim, a proposta agroecológica é política ou não é (BARRERA e GONZÁLEZ DE MOLINA, 2020).

Para dar um “salto de escala”, para ampliar, a agroecologia política propõe avançar na crítica sistemática dos fundamentos políticos e econômicos do sistema agroalimentar dominante e, ao mesmo tempo, desenvolver instrumentos analíticos e critérios para o desenho de arranjos institucionais que permitam ampliar a escala das experiências agroecológicas para além das atuais iniciativas geograficamente localizadas e (ainda) socialmente dispersas, criando estratégias coletivas (GONZÁLEZ DE MOLINA et al., 2021).

É um desafio para a agroecologia construir esse “salto interno”, que aprofunda ainda mais seu caráter político. Promover o diálogo entre diferentes perspectivas, buscar novamente as fronteiras, coproduzir teoria, estratégias e ações que fortaleçam essa luta. Recentemente, o Grupo de Trabalho em Agroecologia Política - CLACSO (2019-2022), participou da 9ª Conferência Latino-Americana de Ciências Sociais da CLACSO no México-2021, contribuindo para tornar a Agroecologia política visível nos campos das Ciências Sociais e do pensamento crítico.

A hegemonia se atualiza permanentemente, e o sistema rejeita, fecha o caminho, e talvez passe da cooptação para uma nova espiral de “negação”, porque a proposta agroecológica apresenta um horizonte de possibilidades, desde a resistência dentro do modelo vigente, até a unificação de significados (e ações) para se opor criativamente a ele e transformá-lo (GAZZANO et al., 2020). A construção de significado se está construindo com outras e outros, discurso poderoso, criativo, afetivo, relacional, coletivo, emancipatório, que permite subverter a “naturalidade” do poder, desenhar, analisar e pensar alternativas históricas possíveis.

Tempos de amplificação “interna” da agroecologia, onde a contingência se atualiza permanentemente na própria transformação, é preciso celebrar o que foi construído, fortalecer o que foi alcançado, internalizar a partir dos feminismos e juventudes, elementos para a reelaboração, ressignificação da própria proposta, unir, mas evitar “a tendência desenfreada de polarizar e unificar” (MERÇON, 2009, p. 36) para dar lugar ao singular, à diferença “rebelde” e pensar esse(s) mundo(s) múltiplo(s), duais. São também tempos de busca de uma convergência plural, diversa, impulso à mudança, de emergência e visibilidade do senso comum das majorias (não das minorias), mudanças

epistemológicas, ontológicas, éticas, afetivas que fortaleçam a trama, que sustente e que se expanda, que abraçe, que cure, a partir de identidades singulares mas coletivas, que promovam e garantam a(s) autonomia(s), a soberania alimentar, a liberdade, a equidade, os cuidados, a saúde coletiva, a justiça social e ambiental que nos encontre no desafio de (nos) reconhecer fio e trama, tecido e tecelões(ãs), rizoma e território, pluriversos.

REFERÊNCIAS

BARRERA BASSOLS, Narciso; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. La agroecología es política, o no es agroecología. **Diálogos Ambientales**, v. 1, n. 3, p. 47–52, 2020. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/581440/La_agroecologia_es_politica_o_no_es_agroecologia.pdf. Acesso em 14 dez 2022.

BARTRA, Armando. Tiempos turbulentos*. **Argumentos**, v. 23, n. 63, p. 91–119. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v23n63/v23n63a5.pdf>. Acesso em: 15 dez 2022.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2022**. Adaptación de las políticas alimentarias y agrícolas para hacer las dietas saludables más asequibles. Roma: FAO. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc0639es>. Acesso em: 14 dez 2022.

FAO. **El estado de los recursos de tierras y aguas del mundo para la alimentación y la agricultura - Sistemas al límite**. Roma: FAO. 2021a. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb7654es/cb7654es.pdf>. Acesso em: 15 dez 2022.

FAO. **Legislar para promover la Agroecología en la región de América Latina y el Caribe: Lineamientos para una ley modelo del PARLATINO sobre agroecología**. Santiago de Chile: FAO. 2021b. Disponível em: <http://www.fao.org/3/cb5916es/cb5916es.pdf>. Acesso em: 15 dez 2022.

GAZZANO, Inés; ACHKAR, Marcel; APEZTEGUÍA, Elena; ARIZA, Julian; GÓMEZ, Alberto; PIVEL, Julio. Ambiente y crisis en Uruguay La agroecología como construcción contrahegemónica. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 34, n. 48, p. 13–40, 2020. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382021000100013. Acesso em: 16 dez 2022.

GLIESSMAN, Stephen R. A brief history of agroecology in Spain and Latin America. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3–4, p. 229–230, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21683565.2017.1292390>. Acesso em: 15 dez 2022.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; PETERSEN, Paulo; GARRIDO PEÑA, Francisco; CAPORAL, Francisco. **Introducción a la Agroecología política**. Buenos Aires: CLACSO, 2021. 261 p. Disponível em : <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2022/01/Introduccion-agroecologia.pdf>. Acesso em: 15 dez 2022.

MERÇON, Juliana. Conciencia social en Paulo Freire: Un diálogo sobre la esperanza crítica. **Revista Ethos Educativo**, v.12, n. 46, p. 31–41. 2009. Disponível em: https://www.uv.mx/personal/jmercon/files/2011/08/EthosEducativo_sobreFreire_concienciasocial.pdf. Acesso em: 16 dez 2022.